

O SABER É INCLUSIVO: UMA METÁFORA SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO, INTERDISCIPLINARIDADE E PESQUISA

Denise Macedo Ziliotto¹

Loren Aita Riss²

RESUMO

A concepção da pesquisa como princípio educativo tem seus efeitos na práxis docente e na relação que esta estabelece entre os pares. Na medida em que a produção do conhecimento encontra-se engajada com seu compartilhamento em espaços diversos e se retroalimenta através da convivência com outros saberes, conquista seu *status* de saber. O artigo explicita - tendo como instrumento o relato de experiência - como pode se configurar a implicação entre educação, interdisciplinaridade e pesquisa, tendo como temática desencadeadora a construção de um mundo do trabalho mais inclusivo. Os desdobramentos da investigação científica e suas interfaces na busca de um saber que se coloca sempre incompleto são descritos a partir de norteadores teóricos da psicanálise lacaniana, da psicologia do trabalho e da sociologia. Como questão central aponta-se a importância do reconhecimento dos limites da verdade científica, propondo-se itinerários teóricos ampliados e práticas educativas inovadoras, possibilitadas pelo protagonismo de seus participantes.

Palavras-chave: Educação. Inclusão., Pesquisa. Interdisciplinaridade. Saber.

ABSTRACT

The conception of research as an educative principle has its effects both on teachers' praxis and on the relationship the latter establishes among co-workers. As the production of knowledge implies sharing it in a number of environments and feeds back by living with other fields, it acquires its status of knowledge. This article, by having the experience report as its instrument, explains how education, interdisciplinarity and research can be mutually implied. Its founding theme is the construction of a more inclusive work world. The deployments of the scientific investigation and their interfaces in search of a knowledge that is always incomplete have been described from the theoretical guidelines provided by Lacan's psychoanalysis, psychology work and sociology. As a central issue, we have pointed out the importance of acknowledging the limits of the scientific truth, proposing comprehensive theoretical itineraries, and innovative educative practices made possible through the leading action of participants involved.

Keywords: Education. Inclusion. Research. Interdisciplinarity. Knowledge.

¹Professora do Mestrado em Inclusão Social e Acessibilidade (Feevale). Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação, Cultura e Trabalho (Feevale). Doutora em Psicologia Social (USP). E-mail: dmziliotto@feevale.br.

²Mestranda em Inclusão Social e Acessibilidade (Feevale). E-mail: lorenriss@pop.com.br.

*Digo sempre a verdade:
não toda, porque dizê-la toda não se consegue.*

*Dizê-la toda é impossível,
materialmente: faltam as palavras.*

*É justamente por esse
impossível que a verdade provém do real.*

(LACAN, 1993, p. 11).

O real, em sua complexidade, convoca e desafia continuamente para enfrentamentos que possam conduzir a experiências de vida providas de maior compreensão. Mesmo considerando os limites da apreensão do mundo, apostamos no conhecimento como instrumento para edificar alguns significados, desejando que possam se converter em saber, ampliando nosso ser e nosso estar com os outros. O artigo propõe compartilhar uma experiência oriunda da prática docente e discente, contextualizada a partir do campo da Psicologia do Trabalho, que se desdobra no exercício do ensino, da pesquisa, da interdisciplinaridade e da extensão.

Tendo como premissa que a práxis se efetiva quando é consonante e resultado da escuta das demandas sociais, identificamos, através das atividades desenvolvidas no projeto de Psicologia do Trabalho e das Organizações do Centro Integrado de Psicologia (CIP), uma questão que intensificava a partir de 2006. Trata-se do processo de inclusão de trabalhadores com deficiência nas organizações, que suscita importantes movimentos em diferentes setores da sociedade: entidades representativas dos deficientes, empresas, agências públicas e privadas de emprego, escolas e instituições de formação, entre outras. Mesmo que a lei nº 7.853 em 1989 já estabelecesse a obrigatoriedade da contratação de pessoas com deficiência nas empresas brasileiras com mais de 100 funcionários e o decreto nº 3.298 de 1999 normatizasse a forma de contratação e publicasse a política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, foi o exercício da fiscalização realizada pelo Ministério Público junto às empresas que efetivamente começou a colocar em prática tal imperativo legal.

Considerando o tempo decorrido entre a lei e a incipiente aplicação desta, consideramos que se tratava de um processo que enfrenta resistências e, fundamentalmente, impõe mudanças culturais importantes, visto que a inclusão se estabelece nesse cenário pela força jurídica. No lugar de pesquisadores, educadores e profissionais que buscaram contribuir em sua prática para a construção de uma sociedade mais inclusiva, dimensionamos diversas ações que pudessem interagir e produzir efeitos nessa questão. Para contextualizar o relato da experiência, inicialmente contextualizamos a temática da inclusão de pessoas com deficiência, prosseguindo através da explicitação

dos norteadores teóricos que alinham o desenvolvimento da pesquisa e as práticas realizadas e, posteriormente, apresentamos o conceito de saber como contribuição da psicanálise lacaniana, ampliando a análise proposta de interlocução de práticas e conhecimentos.

CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO (DO TRABALHO) INCLUSIVO

O reconhecimento da exclusão de indivíduos com deficiência em nossa sociedade é um fato impropriamente recente. É a partir da metade do século XX que se evidenciam movimentos sociais que contestam a segregação desses sujeitos em instituições ou no ambiente familiar, fruto da conquista de direitos humanitários que se propagam e põem em questão diversas desigualdades sociais. Nessa direção o atendimento asilar é paulatinamente substituído pelo atendimento em outros tipos de instituições especializadas como escolas especiais, centros de habilitação e reabilitação e oficinas protegidas. Ao acolhimento dessa população foram sendo incorporadas preocupações de cunho educativo; no entanto, permanecia a categorização e classificação dos sujeitos pautadas pelas práticas baseadas no modelo médico de deficiência, o qual preconiza que as pessoas precisam ser tratadas e curadas, para se adequarem à sociedade (SASSAKI, 1999). Como consequência observamos a manutenção das práticas de segregação institucional, uma vez que, fora dessas instituições altamente especializadas, a sociedade viu-se despreparada ou mesmo descomprometida para atender esses indivíduos e integrá-los em suas condições de cidadania.

A partir dos anos 60 e 70, as práticas de atendimento, organizadas em instituições de educação especial, começaram a ser criticadas quanto a sua efetiva contribuição ao desenvolvimento dos “deficientes”, bem como por estarem, de certa forma, colaborando na manutenção de práticas de segregação e exclusão social. Assim, por meio de movimentos como os que lutavam pelos direitos humanos, acompanhados por um crescente pensar sociológico, que passa a criticar as práticas discriminatórias em busca de um mundo mais justo e democrático, iniciam-se as lutas em favor da integração dos excluídos na sociedade, principalmente da integração dos deficientes nas escolas e nas comunidades (SANTOS, 2000). Autores como Sassaki (1999) e Mantoan (1998) entendem tal proposta de inclusão como um movimento que se embasa em princípios de normalização, que objetivavam oferecer, às pessoas que possuísem determinadas limitações, o direito de usufruir condições de vida as mais comuns ou normais possíveis na comunidade onde viviam, tendo acesso a ambientes e serviços oferecidos para a maioria da população.

Na década de 80, no entanto, uma nova perspectiva acerca da inclusão começou a surgir. O movimento denominado *Mainstreaming* foi adotado, inicialmente

nos Estados Unidos, com a aprovação da lei 94-142, que determinava que toda a pessoa deficiente tivesse direito de receber serviços educacionais em ambientes o menos restritivos possíveis. Isso resultou na implementação de classes especiais e salas de recursos dentro do sistema geral de ensino (Mantoan, 1998), sem prever a integração educacional total na sala de aula e na escola que veio surgir posteriormente, a partir do paradigma da inclusão efetiva desses alunos na escola regular. O contato dos alunos com algum tipo de deficiência com os 'ditos normais' ocorria em momentos isolados como na hora do intervalo, em atividades extracurriculares e na hora do almoço. No ano de 1994, por meio da Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), o 'termo inclusão escolar' passou a ser oficializado, tendo como princípio norteador a necessidade da implementação de uma educação de qualidade, que atenda as diferenças e promova a aprendizagem. Segundo Carvalho (2000), uma das postulações mais importantes da Declaração é que as escolas devem se organizar para atender a todos os alunos, sem exceções, estabelecendo o conceito de escola inclusiva. De acordo com a Declaração de Salamanca, todos os alunos que apresentam dificuldades em sua escolarização são considerados portadores de necessidades educativas especiais, não importando se essas dificuldades sejam permanentes ou temporárias. Dessa forma, cabe à escola adequar seus processos de ensino-aprendizagem às especificidades de cada aluno. No campo laboral é a chamada Lei das Cotas, de 1999, que pauta as ações no contexto organizacional, defendendo a presença e o potencial dos trabalhadores com deficiência nas empresas brasileiras.

Correr (2003) entende que a efetivação da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho traz implicações importantes para os profissionais ligados ao atendimento desses indivíduos, pois o processo inclusivista destaca a garantia de acesso imediato da pessoa com deficiência ao espaço comum da vida em sociedade, independentemente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento. É sobre essa ótica que Bahia (2006) acredita que o processo de inclusão faz parte do compromisso ético de promover a diversidade, respeitando as diferenças, conseguindo reduzir dessa forma as desigualdades sociais. Da mesma maneira, o Instituto Ethos (2002) destaca que a inclusão de pessoas com deficiência deve ser um dos tópicos mais relevantes a serem discutidos pelas empresas na atualidade.

De acordo com Hepp (2001), a diversidade nas organizações está centrada no esforço em incentivar e valorizar a diferença, buscando de certo modo a efetivação de um bem-estar social, contratando representantes de diferentes grupos, o que acaba por permitir uma maior integração da empresa com a sociedade. Nesse escopo, o espaço para a população deficiente é uma etapa dentre as demais que se impõem nesse processo, como a integração de pessoas com diferentes orientações sexuais, a eliminação da discriminação racial e de idade, a extinção do trabalho

escravo e infantil e as várias formas de assédio moral ainda existentes no mundo laboral. Bento (2000) corrobora enfatizando que as mudanças atuais no mercado de trabalho, a globalização e as novas formas de organização das empresas fazem surgir novos desafios, especialmente para os processos de exclusão de grupos que se tornaram vulneráveis ao longo da história, entre eles, os indivíduos com deficiência.

Os dados do IBGE (2000) apontam que há na população brasileira 24.600.256 de pessoas com algum dos tipos das deficiências, correspondendo a 14,5% da população. Os dados sobre a deficiência variam de acordo com a região do país. Norte e nordeste têm maiores proporções - 16,1% e 16,7% - respectivamente e, em nível estadual, São Paulo foi o estado com menor incidência, compondo 11,4%. A distribuição da população com deficiência se dá da seguinte forma: 80,3% residem na zona urbana e 19,7%, na zona rural; 46,42% são homens e 53,58% são mulheres; 8,79% têm até 14 anos, 69,41% têm de 15 a 64 anos e 21,8% têm 65 anos ou mais; 51,14% são da cor branca, 7,5% da preta, 0,43% da amarela, 39,85% da parda; apenas 0,51% se declarou indígena.

Quanto à educação das pessoas com deficiência no Brasil, os dados mostram que apenas 7,19% dessas pessoas são alfabetizadas, contra 84,30% da população em geral e 86,66% das pessoas sem deficiência. Apenas 13,02% das pessoas com deficiência freqüentam creche ou escola, contra 31,44% da população em geral e 34,59% das pessoas sem deficiência. Tal cenário torna ainda mais evidente a necessidade de engajamento das práticas educacionais e de formação profissional como responsabilidade social diante da exclusão ainda persistente das pessoas com deficiência nos diversos âmbitos da vida social.

A PSICOLOGIA, A PSICOLOGIA DO TRABALHO E SUA PRÁXIS

Como profissionais formados pela ciência psicológica, comungamos da afirmação de Japiassu (1983), ao dizer que "*o projeto da psicologia não pode deixar e ser o de uma ciência da compreensão, da comunicação e do encontro do homem e do mundo. É assim que ela se funda como ciência do real subjetivo*" (p. 31). Regidos por este entendimento, que resiste à lógica pragmática e utilitarista muitas vezes praticada pela ciência, é que situamos nossa atuação e elegemos balizadores teóricos consonantes. Historicamente, em diversos momentos, a psicologia assumiu um viés especialmente adaptacionista na medida em que a cultura delegou à psicologia o poder de resolver tecnicamente boa parte dos conflitos gerados pela aceleração das transformações sociais.

É em nome do conhecimento científico que ela se julga no direito de *explicar* os comportamentos humanos e de *propor soluções* de ordem ética, política,

ideológica ou simplesmente “humanitária”, sem dar conta de que, fazendo isso, converte-se em “comodidade teórica” para seus autores e em “comodidade prática” para sua clientela. (JAPIASSU, 1983, p. 140).

Tal postura, segundo o autor, somente responde à exigência da cientificidade predominante e leva-nos a desconsiderar o caráter cumulativo e contínuo do saber, refutando a idéia de progresso descontínuo como espinha dorsal da produção científica. Para Japiassu (1983), o progresso somente pode ser pensando em termos de ruptura, rompendo com os paradigmas que marcam repetidamente a ciência como evolução e continuidade. Observar e identificar os sinais presentes na sociedade da existência ou iminência de ruptura é imprescindível; contudo a contribuição realmente reside na participação em tais processos e no oferecimento de instrumentais que possam dialogar com outros campos do conhecimento, ampliando as possibilidades de compreensão do real.

Situando a área da Psicologia Organizacional e do Trabalho, Zanelli (2002) entende que o profissional que se insere em uma organização deve ser capaz de compreender suas inter-relações sistêmicas, a partir de elementos que capta por meio da estrutura formal e informal. Ao lidar com a pessoa, elemento central da sua atuação, deve voltar-se continuamente para as vinculações com o grupo. Deve visualizar as necessárias conexões interdisciplinares e posicionar-se de forma que os demais profissionais da organização possam compreender sua prática.

O grande desafio da psicologia organizacional, para Malvezzi (2000, p.11), é “reformular sua agenda de interesse, dirigindo-se para questões que refletem os mecanismos fundamentais que atuam nessa fase da sociedade”. Esse reposicionamento, de acordo com o autor, consiste em deslocar a atenção focada nos resultados – sem entender de modo consistente os processos – para a compreensão da relação entre esses resultados e os diversos mecanismos que se podem manejar na gestão das instituições. Para tanto, é preciso que a Psicologia Organizacional redimensione seu objeto, porque o ambiente de trabalho transcende os muros das empresas e a dimensão de espaço entendido como emprego.

O panorama de desafios presentes no mundo do trabalho – como a exigência da multifuncionalidade, as doenças ocupacionais, o desemprego - tem comportado uma análise cada vez mais complexa de fatores em que a teoria psicológica tem percebido a premência do enfoque multidisciplinar e a ampliação de seu repertório conceitual. Encontramos, no cenário atual, uma diversidade de modalidades de intervenção, que vão da intensificação do viés individualista – identificado com uma prática clínica e ligado à categorização da psicopatologia – à ampliação do debate, convocando outros setores sociais para refletirem conjuntamente

acerca da questão analisada, como propõe a experiência posteriormente descrita.

A CONTRIBUIÇÃO DA PSICANÁLISE LACANIANA: SABER E VERDADE

Tendo adotado uma postura epistemológica em relação ao campo do conhecimento e de atuação, é preciso identificar o norteador teórico que subsidia a compreensão do real. Definimos a psicanálise, especialmente de orientação *lacaniana*, como balizador. É oportuno situar que a psicanálise surge como campo no final do século XIX e posiciona-se como reação à primazia da racionalidade e do iluminismo científico. A fascinação pelo controle do mundo, dos sujeitos e do corpo via conhecimento formal impulsionava toda a produção dita científica. Concomitante a esse momento e justamente pela via da regra da experimentação e da comprovação científica é que a Psicologia consegue *status* de ciência e separa-se da Filosofia, amparando-se na inexistência desse aparato do campo de origem.

Concordamos com as palavras de Lacan, que defende que “*precisamos hoje renovar a função do saber*” (1985, p.122) e quando provoca:

E o que me fará hoje me interrogar mais uma vez sobre o que aparentemente se confunde do verdadeiro com o real. Que o verdadeiro visa o real, este enunciado e fruto de uma longa redução das pretensões a verdade. Por toda a parte onde a verdade se apresenta, se afirma a si mesma como de um ideal do qual a palavra pode ser o suporte, ela não se atinge assim tão facilmente.(1985, p. 123)

A realidade, segundo LACAN, fica reduzida à possibilidade do humano e não à totalidade pretendida. Neste sentido, carece de consistência e de finitude:

O verdadeiro, então, certamente é isso. Só que isso não se atinge jamais senão por caminhos tortuosos. Apelar para o verdadeiro, como correntemente somos levados a fazer, é simplesmente lembrar que não é preciso enganar-se, e crer que já se está mesmo dentro da aparência.(1985, p. 128).

Portanto, anuncia Lacan, *a análise veio nos anunciar que há saber que não se sabe, um saber que se baseia no significante como tal.* (1985, p. 129) E esse significante origina toda uma rede de significados singulares e vicariantes que impossibilita a padronização do conhecimento até então concebida. Diante das formulações lacanianas reconhecemos uma renúncia importante a ser feita: tomar o saber como uma apropriação temporária, frágil e subjetiva do real. Desta forma, situamos a verdade como impossível, a certeza

como desnecessária. Então, qual é o percurso do saber proposto pelo autor? O caminho que “*conduz ao saber e – se me permitirem justificar em um prazo mais ou menos longo – o discurso da histórica*” (1992, p.21). Sendo a histeria aquela que sempre denuncia a falta existente, a não totalidade e completude, restaria a prática do questionamento, o cultivo das incertezas e a considerações dos limites a que estamos sujeitos na busca de respostas.

A EXPERIÊNCIA DO SABER INCLUSIVO

Ponderar o enquadre do saber que estamos perseguindo não significa tampouco resignação ou olhar contemplativo da realidade. A partir do relato da experiência acadêmica que desenvolvemos procuramos corroborar tal afirmação atentando, nesse recorte, no processo e não na comunicação dos resultados da investigação, pois o que buscamos é reafirmar a importância da relação entre ensino, pesquisa e interdisciplinaridade e sua potencialidade na construção do saber.

Implicados, portanto, com a construção de um mercado de trabalho mais inclusivo, iniciamos em 2007 um projeto de pesquisa intitulado Mapeamento Psicossocial dos Trabalhadores PPDs de Novo Hamburgo². O objetivo principal é a identificação das características desse segmento da população a fim de municiar ações públicas e privadas que efetivamente contemplassem os sujeitos, visto que predomina a desinformação e invisibilidade sobre a questão da deficiência. Bolsistas de iniciação científica, o pesquisador, estagiários em Psicologia do Trabalho e alunos se envolveram na busca de informações junto a entidades de deficientes, em órgãos públicos na coleta de dados demográficos, em eventos científicos para qualificação na temática. A dimensão sociológica – tanto no seu viés populacional como no entendimento da questão – sempre foi contemplado, assim como o trabalho em parceria com profissionais do serviço social, de forma a acessar com mais propriedade o mapeamento pretendido. A dimensão interinstitucional também foi decisiva, pois a indicação das fontes para a investigação e o acesso aos sujeitos somente se consolidou a partir da parceria e do reconhecimento da contribuição de cada organização nesse processo.

As etapas inicialmente previstas – quanti e qualitativa – de levantamento de dados sociais e de entrevistas em profundidade para ampliar os elementos trazidos pelo perfil demográfico fomentaram outras ações ainda no curso investigativo. Durante o segundo

semestre de 2007 a instituição de ensino atuou como convocatória para um grupo de entidades de deficientes – onde também se integrou SENAI e SINE – para discutir políticas de inserção no mercado de trabalho, segundo agenda que contou com interlocuções com a prefeitura municipal, o ministério público e a fundação SEMEAR. O grupo se dissolve no final do ano quando se reinstaura o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos e Cidadania da Pessoa Portadora de Deficiência em Novo Hamburgo (CMPPD), que conquista espaço formal para a continuidade da comunicação de seus pleitos. A relação com o grupo acadêmico continua a através da participação em eventos, reuniões e formulação de estratégias para desenvolvimento do grupo, como quando da criação de site, participação em editais e capacitação para trabalho em rede.

Na instituição de ensino foram promovidos dois eventos para trabalhar a temática, a saber: Seminário sobre Inclusão de Pessoas com Deficiência e o Seminário Discriminação no Mercado de Trabalho e a Inclusão de PPDs. Os resultados da pesquisa foram compartilhados no Encontro Empresarial do Programa de Inclusão de Pessoas com deficiência promovidos pela ABRH, nas feiras de Iniciação Científica do Centro Universitário Feevale e da UFRGS, bem como em curso de extensão ministrados na instituição³ e no III Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional e do Trabalho. O envolvimento com a temática originou a indicação para representação no Grupo Cooperativo INOVE (Inclusão Social Organizacional de Valores Especiais), que tem a missão institucional de desenvolver ações nesse âmbito. Nessa participação abre-se a possibilidade de contribuir internamente a partir das interlocuções realizadas e com as informações obtidas, ampliando as perspectivas de entendimento e intervenção na instituição.

O acompanhamento de grupos de apoio, constituídos de cuidadores de pacientes das clínicas de saúde da Feevale, coordenado pelo Projeto em Psicologia Hospitalar do CIP tem sido uma experiência extremamente enriquecedora e uma parceria importante pois promove o contato com técnicos de diversas áreas. Nossa intenção em buscar a inserção no projeto visa ampliar as informações qualitativas sobre as condições psicossociais das pessoas com deficiência, especialmente através do contato com seus familiares ou cuidadores.

As reuniões realizadas com a diretoria de relações institucionais da ACI/NH e com os técnicos que trabalham no Núcleo de Atendimento Pedagógico (NAP) da Secretaria de Educação do Estado igualmente

²É importante identificar que a denominação inicialmente utilizada – Pessoa Portadora de Deficiência (PPD) – como refletindo o campo de origem do problema, empresarial, e o significado implícito e pouco integrador do conceito ora vigente. Atualmente, seguindo indicação da *Convention on the Rights of Person with Disabilities and Optional Protocol*, (2007), utilizamos Pessoas Com Deficiência (PCDs).

³É importante identificar que a denominação inicialmente utilizada – Pessoa Portadora de Deficiência (PPD) – como refletindo o campo de origem do problema, empresarial, e o significado implícito e pouco integrador do conceito ora vigente. Atualmente, seguindo indicação da *Convention on the Rights of Person with Disabilities and Optional Protocol*, (2007), utilizamos Pessoas Com Deficiência (PCDs).

visaram compartilhar o percurso que realizado, trocar percepções e ensinar iniciativas para a construção de um mercado de trabalho mais inclusivo, que é o objeto dessa experiência. Finalmente, além da interseção dessa prática nas disciplinas ministradas nos cursos de graduação e pós graduação, alunos graduandos em Psicologia e uma orientanda do mestrado desenvolveram projetos em empresas do setor industrial e de serviços para sensibilização de lideranças no processo de inclusão de trabalhadores com deficiência, vivenciando e possibilitando mudanças nos conceitos e nas posturas de todos os envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção de relatar os diversos desdobramentos que o projeto de pesquisa evocou se justifica pela vivência da busca de um saber que é realizado com o Outro, não se esgotando nos 'achados' científicos e não apreensível da totalidade do real. A postura de incessante de ampliação dos instrumentos, de investimento na investigação através do diálogo com outras disciplinas e instituições afirma o envolvimento efetivo dos pesquisadores e a impossibilidade da conquista de 'verdades'. Na atividade de ensino desenvolveram-se os elementos técnicos que potencializariam a condição investigativa; na pesquisa evocamos questões que fomentaram o interesse científico dos alunos e pesquisadores, provocando uma aproximação de outros saberes e campos do conhecimento. Como efeito, o relato dos participantes desta experiência invariavelmente manifesta a transformação pessoal advinda do envolvimento com uma temática tão complexa: já não são os mesmos de outrora; pensam, compreendem e se posicionam diferentemente diante da deficiência. É justamente aí que se anuncia a efetividade da aprendizagem e se esmaecem os limites entre objeto e pesquisador, entre ensinante e aprendiz. O docente-pesquisador, por sua vez, pode circular e exercitar esses dois lugares dimensionando a transmissão de seu saber aos alunos a partir de uma proposta mais participativa e exigente no comprometimento de seus participantes; tal possibilidade só se efetiva a partir da contribuição de todos os envolvidos, desinvestindo na figura central do professor como condição para o ensino. Ademais, os limites dos campos do conhecimento – originalmente a Psicologia - são testados continuamente em função da característica multifacetada da realidade, evidenciando a interdisciplinaridade como uma necessidade inerente ao processo investigativo, que é reconhecida imediatamente por todos em seu usufruto e relevância.

Considerando a pesquisa como princípio educativo (ESCOTT, 2003, p.37) e observando o Princípio da Integralidade propagado pela instituição universitária, que investe efetivamente na relação e integração do ensino, pesquisa e extensão nos diferentes níveis de ensino, entendemos que conseguimos integrar condições teóricas, institucionais e do exercício científico na experiência relatada. Desta forma

reafirmamos os intuítos inerentes ao esforço de pesquisa defendido por Chizzotti (2008): “*transformar o mundo, criar objetos e concepções, trabalhar a natureza e elaborar as suas ações e idéias*” (p. 11). E condensamos nossa aprendizagem a partir do assinalamento feito por Alves (1981) de que o cientista não pode nunca pretender ser o dono da verdade e o professor precisa ser alguém que desmantela certezas, pois todos aqueles que as buscam estariam condenados ao dogmatismo. Santos(1991) resume o saber que perseguimos:

Hoje sabemos ou suspeitamos que as nossas trajetórias de vida pessoais ou coletivas (enquanto comunidades científicas) e os valores, as crenças e os prejuízos que transportam são a prova íntima de nosso conhecimento, sem o qual as nossas investigações laboratoriais ou de arquivo, os nossos cálculos ou os nossos trabalhos constituiriam um emaranhado de diligências absurdas sem fio nem pavio. No entanto, este saber, suspeitado ou insuspeitado, corre hoje subterraneamente, clandestinamente, nos não-ditos dos nossos trabalhos científicos (p.53)

Poderíamos ter sido somente pesquisadores, na acepção mais restrita, enquanto processo científico. Mas investimos em uma diversidade de experiências que não deixaram de ser investigativas mas, sobretudo, conseguiram ser propositivas e afirmativas concomitantemente, requisitando mais esforços mas oferecendo mais discernimento e relevância social. É nesta direção que, ao concluirmos o itinerário de nossa pesquisa em dezembro de 2008, formulamos novo projeto que possa dar continuidade as nossas implicações com a inclusão, já que a questão infelizmente não se equaciona nos ditames da ciência. Nossa mais recente incerteza é como a reabilitação oferecida aos trabalhadores por órgãos públicos e privados promove ou pode promover um mundo do trabalho inclusivo.

REFERÊNCIAS

- Alves, Rubem. **Filosofia da ciência**: introdução do jogo e suas regras. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BAHIA, Melissa Santos. **Responsabilidade Social e Diversidade Social nas organizações**: contratando pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. **Ação afirmativa e diversidade no trabalho**: desafios e possibilidades. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
- BRASIL. Decreto n 3.298 de 20/12/99. Brasília: Corde, 1999. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/sedh/dpdh/>>. Acesso em: 23 jun. 08.

- BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais. Brasília: CORDE, 1994.
- BRASIL. Decreto n 5.296, de 02/12/2004. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/dpdh/>. Acesso em: 23/06/2008.
- CARVALHO, Rosita. **A nova LDB e a educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 2000.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 9ªed. São Paulo: Cortez, 2008.
- CORRER, Reinaldo. **Deficiência e Inclusão Social: construindo uma nova comunidade**. São Paulo: EDUSC, 2003.
- ESCOTT, Clarice Monteiro... [et all] (organizadores). **Diretrizes para os cursos de formação de professores do Centro Universitário Feevale**. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.
- HEPP, M. **O Comportamento do gerente de agência bancária frente aos portadores de deficiência: um estudo de caso**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas da Universidade Federal de Santa Catarina– UFSC: Florianópolis,2001.
- IBGE. Censo demográfico de 2000. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 27 jul. 08.
- INSTITUTO ETHOS de EMPRESAS e RESPONSABILIDADE SOCIAL – ETHOS. **O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência**. São Paulo: Instituto Ethos, 2002.
- JAPIASSU, Hilton. **A Psicologia dos psicólogos**. 2ªed. Rio de Janeiro: Imago, 1983.
- LACAN, Jacques . **Seminário 20: Mais ainda**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- _____. **Seminário 17: O Averso da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- _____. **Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- MALVEZZI, Sigmar. **Psicologia organizacional: da administração científica à globalização: uma história de desafios**. II Congresso Sul Brasileiro de Psicologia. Curitiba. Texto não publicado. 2000
- MANTOAN, Maria Teresa. Caminhos Pedagógicos da Inclusão. In: **ANPED**, 1998, Caxambu.
- SANTOS, Mônica. Educação Inclusiva e a Declaração de Salamanca: Conseqüências ao Sistema Brasileiro. In: **Revista Integração**, n. 22, ano 10, p. 35-40, 2000.
- SASSAKI, Romeu. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA,1999.
- _____. **Pessoas com Deficiência: o mercado de trabalho numa perspectiva inclusiva**. **Revista Sentidos**. São Paulo, ano I, n 5, p. 6 – 7, maio de 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5ª ed. Porto, Portugal, Afrontamento, 1991.
- ZANELLI, José Carlos. **O Psicólogo nas Organizações de Trabalho**. Porto Alegre: Artmed,2002.